



INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Jovens com duplo envolvimento no sistema de promoção e proteção e justiça juvenil: uma revisão scoping

Diana Filipa Barbosa Pereira

Mestrado em,
Psicologia Comunitária, Proteção de Crianças e Jovens em Risco

Orientadora
Doutora Eunice Vieira Magalhães,
ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa

Co-Orientador
Doutor Nélcio Brazão, Professor Auxiliar,
Universidade de Coimbra

Outubro, 2023

Departamento de Psicologia Social e das Organizações

Jovens com duplo envolvimento no sistema de promoção e proteção e justiça juvenil: uma revisão scoping

Diana Filipa Barbosa Pereira

Mestrado em,
Psicologia Comunitária, Proteção de Crianças e Jovens em Risco

Orientadora
Doutora Eunice Vieira Magalhães,
ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa

Co-Orientador
Doutor Nélcio Brazão, Professor Auxiliar,
Universidade de Coimbra

Outubro, 2023

Agradecimentos

O final da maior e mais complexa fase da minha vida até agora, e, como não podia deixar de ser, existem pessoas a quem devo um agradecimento especial, por todo o apoio e presença marcante ao longo destes últimos anos.

Em primeiro lugar gostaria de agradecer aos meus orientadores, Professora Eunice Magalhães e Professor Nélcio Brazão. A vossa dedicação, compreensão, organização, metodologia e apoio ao longo deste ano foram essenciais para conseguir finalizar esta etapa. Gostaria também de agradecer a toda a equipa da Casa da Estrela que me proporcionou 6 meses de grande aprendizagem e que me deu a perspetiva de futuro que muito sonhava ter.

Agradecer também aos meus pais, pelo suporte, apoio, investimento e ombro amigo nas horas mais difíceis. Toda esta conquista devo a vocês. À minha restante família (avós, tios, primos, madrinha, padrinho, afilhado e afilhada), foram sem dúvida a minha motivação. O orgulho refletido nos vossos olhos era tudo o que mais sonhava ver. Ao Tiago, companheiro desta viagem da vida. Passou comigo esta fase final, foi o meu pilar e o meu despertar para a vida. Quando a desmotivação ocupava o maior lugar da minha essência, ele apareceu, com sua simplicidade, arte, amor, bondade, um ser indescritível e inconfundível. Obrigada por seres quem és e ocupares o lugar mais especial do meu coração. À Bruna, a amiga fiel de longa data, sempre feliz com as minhas conquistas, com as palavras e os ensinamentos certos para o futuro e à Inês, a amiga que nunca falha, sempre presente nos momentos de descontração e alívio. E por último, mas não menos importante a mim própria, por não ter deixado de acreditar mesmo quando o mundo se desmoronava à minha volta.

Agora sim um clichê, mas que se encaixa na perfeição: sem cada uma destas pessoas nada disto seria possível.

Que me esperem anos de conquistas e sucessos!

Resumo

A presente *scoping review* tem como objetivo mapear e sintetizar a literatura relativamente aos jovens duplamente envolvidos no Sistema de Promoção e Proteção e Justiça Juvenil, visando esclarecer a conceptualização e fatores de risco/proteção. Utilizou-se uma estratégia de pesquisa eletrónica para identificar estudos que abordassem o conceito de duplo envolvimento. Identificados e extraídos os artigos das diversas bases de dados utilizadas, procedeu-se ao do processo de *screening* e seleção com o apoio das diretrizes PRISMA-ScR, sendo incluídos para esta revisão um total de 39 estudos.

Relativamente à conceptualização deste grupo de jovens, o termo "*Crossover Youth*" é o mais frequentemente utilizado, mais amplo e abrangente, incluindo jovens que experienciaram maus-tratos e delinquência, independentemente da ordem temporal do envolvimento nos sistemas. Os resultados revelaram que a maioria dos jovens apresenta um envolvimento inicial no sistema de Promoção e Proteção e posterior na Justiça Juvenil. Os jovens do sexo masculino, pertencentes a grupos étnicos minoritários e aqueles que enfrentam desafios relacionados à saúde mental e distúrbios comportamentais, são mais suscetíveis ao envolvimento nos dois sistemas. Os dados qualitativos sugerem como fatores importantes para compreender a trajetória destes grupos de jovens as suas experiências traumáticas ou as múltiplas colocações, assim como a escassez de recursos adequados e a falta de coordenação entre sistemas para responder à complexidade das suas necessidades.

Em suma, esta revisão forneceu novos insights acerca das características deste grupo e das suas trajetórias que permitem auxiliar na definição de estratégias de intervenção e políticas de proteção baseadas na evidência.

Palavras-Chave: Jovens duplamente envolvidos, Sistema de promoção e proteção, Sistema de justiça juvenil.

Códigos PsycInfo:

2140 História e Sistemas

2956 Criação de Filhos e Cuidados Infantis

4230 Direito Penal e Julgamento Criminal

Abstract

The current scoping review aims to map and synthesize the literature regarding young people dually involved in the Child Welfare and Juvenile Justice System, aiming to clarify the conceptualization and risk/protection factors. An electronic search strategy was employed to identify studies addressing the concept of dual involvement. After identifying and extracting articles from various databases, a screening and selection process was conducted following the PRISMA-ScR guidelines, resulting in the inclusion of a total of 39 studies in this review.

Regarding the conceptualization of this group of young people, the term "Crossover Youth" is most frequently used, being broader and more comprehensive, encompassing young people who have experienced maltreatment and delinquency, regardless of the temporal order of involvement in the systems. Findings revealed that most youth first become involved in the child welfare system and later in the juvenile justice system. Male youth, those from minority ethnic groups, and those facing challenges related to mental health and behavioral disorders are more susceptible to involvement in both systems. Qualitative data suggest that important factors for understanding the trajectory of these youth include their traumatic experiences, multiple placements, as well as the scarcity of adequate resources and lack of coordination between systems to address the complexity of their needs.

In sum, this review provided new insights into the characteristics of this group and their trajectories, which can assist in defining evidence-based intervention strategies and protection policies.

Key Words: Dually involved youth, Child welfare system, Juvenile justice system.

PsycInfo Codes:

2140 History & Systems

2956 Childrearing & Child Care

4230 Criminal Law & Criminal Adjudication

Índice

Agradecimentos.....	v
Resumo.....	vii
Abstract	ix
Índice de tabelas e figuras	xiii
Glossário de Siglas.....	xiv
Introdução.....	1
CAPÍTULO 1	2
Enquadramento Teórico	2
1.1. Caracterização dos sistemas de promoção e proteção e de justiça juvenil em Portugal .	2
1.2. Conceptualização de duplo envolvimento	5
1.3. Características das crianças e jovens duplamente envolvidos.....	7
1.4. Problema de Investigação e Objetivos.....	10
CAPÍTULO 2	12
Método	12
2.1 Estratégia de Pesquisa	12
2.2 Critérios de Inclusão e Exclusão	12
2.3 Seleção dos estudos	12
CAPÍTULO 3	14
Resultados	14
3.1 <i>Screening</i> e seleção dos estudos	14
3.2 Características dos Estudos	16
3.3 Clarificação Concetual	21
3.4 Evidência qualitativa a partir da perspectiva dos profissionais e das crianças e jovens ..	21
3.5 Evidência quantitativa centrada no perfil das crianças e jovens com duplo envolvimento	

3.5.1 Perfil das trajetórias de duplo envolvimento	23
3.5.2 Natureza das práticas de crime e envolvimento criminal	24
3.5.3 Características sociodemográficas	25
3.5.4 Problemas de saúde mental	26
CAPÍTULO 4	28
Discussão.....	28
Conclusão	32
Fontes	33
Referências Bibliográficas	34

Índice de tabelas e figuras

Tabela 1 Terminologias para definir e categorizar os perfis de envolvimento	6
Tabela 2. Caracterização dos estudos.....	17
Figura 1. Fluxograma da Seleção de Estudos Baseado no Protocolo PRISMA-ScR	15

Glossário de Siglas

CNPDPCJ- Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens

LPCJP- Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo

LTE- Lei Tutelar Educativa

IPSS- Instituições Particulares de Solidariedade social

ONG- Organizações Não Governamentais

CPCJ- Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

DGRSP- Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais

Introdução

As experiências de maus-tratos na infância representam um fator de risco crítico para a manifestação de comportamentos disruptivos por parte das crianças e jovens (Herz et al., 2012). Com efeito, a probabilidade de os jovens desenvolverem padrões de comportamento delinquente e agressivo parece aumentar quando estes apresentam história de maus-tratos (Goodkind et al., 2013; Ryan & Testa, 2005). Do mesmo modo, o envolvimento dos jovens em comportamentos delinquentes aumenta a probabilidade de se envolverem no sistema de justiça (Goodkind et al., 2013). Neste sentido, o grupo de crianças e jovens duplamente envolvido (no sistema de proteção e de justiça juvenil) apresenta uma particular vulnerabilidade do ponto de vista psicossocial (Vidal et al., 2019).

Deste modo, uma maior sistematização da evidência centrada nas características deste grupo é necessária, com vista à definição de políticas de proteção baseadas em evidência. A presente revisão *scoping* tem, assim, como objetivo mapear e sintetizar a literatura existente relativamente aos jovens duplamente envolvidos no sistema de Justiça Juvenil e de Promoção e Proteção. Especificamente, pretendemos contribuir para uma melhor compreensão quanto à clarificação conceptual e aos fatores de risco e proteção identificados neste grupo de jovens duplamente envolvidos.

Neste seguimento, a dissertação apresenta a seguinte estrutura: o primeiro capítulo dedica-se ao enquadramento teórico, onde são caracterizados os sistemas de promoção e proteção e de justiça juvenil em Portugal, é explorado o conceito de duplo envolvimento, efetuada uma caracterização das crianças e jovens duplamente envolvidas, apresentado o problema de investigação e definidos os objetivos da revisão; o segundo capítulo refere-se ao método, onde está descrita a estratégia de pesquisa utilizada, especificando os critérios de inclusão e exclusão definidos e o procedimento de seleção dos estudos; o terceiro capítulo apresenta os resultados obtidos e por último, é feita a discussão no quarto capítulo.

CAPÍTULO 1

Enquadramento Teórico

1.1. Caracterização dos sistemas de promoção e proteção e de justiça juvenil em Portugal

O sistema de promoção e proteção procura responder a situações de risco e perigo, podendo estas últimas envolver maus-tratos físicos e/ou psicológicos, exploração, abandono e/ou negligência, através do desenvolvimento de ações que promovam as condições adequadas à proteção das crianças e jovens (Carvalho, 2013). O sistema de promoção e proteção português assenta numa visão holística da intervenção preventiva e protetiva das crianças, pois considera todos os aspetos envolvidos no seu bem-estar e desenvolvimento, abrangendo não apenas as suas necessidades físicas e de segurança, mas também as suas necessidades emocionais, sociais e psicológicas. Deste modo, o sistema procura compreender a criança de forma completa, considerando o seu ambiente familiar, a comunidade em que está inserida e outros fatores relevantes para garantir a sua saúde e segurança (Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens [CNPDPJC], 2023). A Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP) é o principal instrumento que orienta toda a intervenção na área da promoção dos direitos e da proteção das crianças e jovens (Lei n.º 147/99 de 1 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 31/2003 de 22 de agosto, pela Lei 142/2015 de 8 de setembro, pela Lei 23/2017 de 23 de maio e pela Lei n.º 26/2018, de 05 de julho).

Segundo o Art.º 4.º da LPCJP, a intervenção neste contexto segue o princípio da subsidiariedade. Por outras palavras, consiste numa intervenção em “pirâmide”, tendo na sua base e numa primeira instância a atuação das entidades com competência em matéria de infância e juventude (e.g., equipamentos de saúde, segurança social, entidades policiais, autarquias, Instituições Particulares de Solidariedade social [IPSS], Organizações não Governamentais [ONG]; CNPDPCJ, 2023). Estas instituições assumem um papel fundamental, enquanto entidades do primeiro nível de intervenção, promovendo ações de intervenção primária e secundária, privilegiando atuação no contexto natural de vida da criança e jovem em questão (Art.º 7.º da LPCJP). Quando a intervenção desta primeira instância não se demonstra suficiente para a remoção de risco da criança ou jovem, torna-se necessário recorrer a um segundo nível de intervenção, por parte das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ; CNPDPCJ, 2023). Neste nível de intervenção é necessário o consentimento dos pais ou do representante legal da criança ou jovem, bem como a não oposição da criança ou jovem com 12 anos ou mais (CNPDPJC, 2023). A intervenção pressupõe a aplicação de uma medida de promoção e proteção, seja esta em meio natural de vida ou de colocação, quando a avaliação diagnóstica revela que existe uma situação de perigo para a criança ou jovem. Quando são esgotados todos

os recursos das entidades de competência em matéria de infância e juventude e das CPCJ, e se verifica a impossibilidade de remover o perigo, recorre-se em última instância à intervenção dos tribunais. Neste nível de intervenção não é necessário o consentimento dos pais e /ou representante legal, nem a não oposição da criança ou jovem (CNPDPJCJ, 2023). Em suma, se a intervenção das CPCJ depende da cooperação e consentimento da família, no terceiro nível de intervenção, a aplicação de uma medida de promoção e proteção com vista à eliminação da situação de perigo pode ocorrer independentemente do respetivo consentimento/cooperação.

Relativamente às medidas de promoção e proteção estas podem ser aplicadas em meio natural de vida, especificamente: o apoio junto dos pais, o apoio junto de outro familiar, confiança a pessoa idónea ou pessoa selecionada para a adoção, ou ainda, apoio para a autonomia de vida. Podem ainda ser executadas em regime de colocação em acolhimento familiar ou residencial ou confiança à família de acolhimento ou instituição com vista à adoção (Art.º 35.º da LPCJP). Todas estas medidas têm como finalidade o afastamento do perigo em que a criança ou jovem se encontra, de forma a garantir que recuperem física e psicologicamente de qualquer forma de exploração, abuso e/ou negligência, proporcionando-lhes um ambiente em que estes se sintam seguros e onde seja promovida a sua saúde, educação, bem-estar e desenvolvimento integral (Art.º 36.º da LPCJP).

No que diz respeito ao sistema de Justiça Juvenil, o sistema português rege-se por um modelo onde é fundamental a existência de uma articulação entre os direitos da criança, a segurança e a manutenção da ordem pública e das comunidades. Tendo em conta a idade que a criança ou o jovem tem quando pratica um facto qualificado pela lei como crime, pode ser considerada a aplicação da LPCJP ou da Lei Tutelar Educativa (LTE) (Carvalho, 2018). Neste sentido, o Ministério Público deve garantir a devida articulação entre a LET e a LPCJP (Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais [DGRSP], 2023).

Segundo o Art.º 1.º da LTE, as medidas tutelares aplicam-se a todos os jovens com idades entre os 12 e os 16 anos que tenham cometido um facto qualificado pela lei como crime. Estas medidas têm como objetivo educar o jovem, com dignidade e responsabilidade, para o direito e para a sua inserção na vida em comunidade (Art.º 2.º da LTE). No caso de crianças com menos de 12 anos, só podem ser aplicadas medidas de promoção e proteção, tendo em conta que o desenvolvimento biopsicossocial das crianças não é compatível com a responsabilização educacional e criminal. Este tipo de intervenção é considerado o mais adequado para crianças nesta faixa etária, pois os seus comportamentos qualificados pela lei penal como crime devem ser entendidos como uma expressão da situação de perigo em que esta se pode eventualmente encontrar (Carvalho, 2018).

Para jovens com mais de 12 anos que pratiquem um facto qualificado pela lei como crime, a LTE prevê que seja instaurado um processo tutelar educativo após a denúncia (Art.º 1.º da LTE). Este processo é composto por duas principais fases: a Fase de Inquérito e a Fase Jurisdicional. Após estas fases, o tribunal pode decidir pela execução de uma medida tutelar educativa, não-institucional (admoestação, reparação ao ofendido, prestações económicas ou tarefas a favor da comunidade, imposição de regras de conduta, imposição de obrigações, frequência de programas formativos e acompanhamento educativo) (Art.º 9.º, 10.º, 11.º, 12.º, 13.º, 14.º, 15.º e 16.º da LTE) ou institucional (internamento em centro educativo) (Art.º 17.º da LTE). As medidas aplicadas com maior frequência são as medidas não-institucionais, que são acompanhadas pelas Equipas de Reinserção Social (DGRSP, 2023).

Por sua vez, a medida institucional (medida tutelar educativa de internamento) consiste em internar o jovem em Centro Educativo por ordem do tribunal (Art.º 17.º da LTE). Esta medida é considerada a medida mais gravosa de todo o conjunto de medidas e vista como último recurso, sendo aplicada quando todas as outras possibilidades na comunidade estão esgotadas (DGRSP, 2023). A aplicação desta medida é orientada segundo um dos três regimes de execução: regime aberto, onde os jovens vivem e são educados no Centro Educativo, mas são incentivados a participar em atividades escolares, educativas, de formação, laborais, desportivas e de lazer no exterior. Também estão autorizados a sair do centro sem acompanhamento, passando períodos de férias ou fins de semana com os pais, representante legal, pessoa com guarda de fato ou outras pessoas idóneas (Art.º 167.º da LTE); regime semiaberto, onde os os jovens vivem, recebem educação e participam em atividades educativas e de lazer no centro, mas podem ser eventualmente autorizados a participar em atividades escolares, educativas, de formação ou desportivas no exterior. Geralmente, estas saídas são acompanhadas por pessoal de intervenção educativa, mas os jovens também podem ser autorizados a sair sem acompanhamento para as atividades mencionadas e para passar férias com pais, representantes legais, pessoa com guarda de fato e com pessoas idóneas (Art.º 168.º da LTE); e regime fechado, onde os jovens vivem, são educados e participam em atividades de lazer exclusivamente dentro das instalações do centro. As saídas são rigorosamente limitadas e ocorrem sob acompanhamento, normalmente destinadas ao cumprimento de obrigações judiciais, cuidados de saúde ou outros motivos considerados igualmente importantes e excecionais (Art.º 4.º, 18.º e 169.º da LTE).

1.2. Conceptualização de duplo envolvimento

A exposição a maus-tratos na infância (abuso e/ou negligência) apresenta uma complexa associação com a manifestação de comportamentos disruptivos por parte das crianças e jovens (Herz et al., 2012). Algumas evidências têm demonstrado que a probabilidade de os jovens desenvolverem padrões de comportamento delinquente e agressivo aumenta quando estes possuem história de maus-tratos (Goodkind et al., 2013; Jonson-Reid & Barth, 2000; Ryan & Testa, 2005). Além disso, o envolvimento dos jovens em comportamentos agressivos ou delinquentes aumenta a probabilidade de se envolverem no sistema de justiça (Goodkind et al., 2013). Estudos recentes têm vindo a sugerir que crianças e jovens vítimas de maus-tratos, particularmente, as que estão sinalizadas no Sistema de Promoção e Proteção, apresentam maior risco e probabilidade de cometerem crimes, e consequentemente, por se envolver no sistema de justiça juvenil (Modrowski et al., 2021). Neste sentido, este grupo de crianças e jovens tem vindo a ser descrito na literatura como *Dual System Youth*, na medida em que são jovens que podem estar envolvidos, simultaneamente ou não, em mais do que um dos sistemas (Vidal et al., 2019).

Além disso, a literatura tem identificado distintos níveis de envolvimento das crianças e jovens em ambos sistemas (Herz, et al., 2010; Herz, et al., 2012), o que se traduz em diferentes designações para definir e categorizar estes perfis de envolvimento (Herz et al., 2021). A identificação de uma tipologia de envolvimento permite compreender melhor as experiências destes jovens nos dois sistemas, fornecendo terminologias específicas (cf. Tabela 1) para os identificar (Herz et al., 2019).

Tabela 1

Terminologias para definir e categorizar os perfis de envolvimento

Categoria	Definição
<i>Crossover Youth</i>	<i>Crossover Youth</i> é o termo mais amplo e utilizado com maior frequência, referindo-se a jovens que independentemente de se envolverem formalmente em ambos os sistemas, sofreram de maus-tratos e envolveram-se em comportamentos delinquentes e/ou agressivos (Herz et al., 2012). Neste sentido, o envolvimento nos sistemas não é uma característica que define estes jovens, pois podem nunca ter contacto nem com o sistema de justiça juvenil nem com o sistema de promoção e proteção (Vidal, et al., 2019).
<i>Dual-Contact Youth</i>	Os <i>Dual Contact Youth</i> são jovens que têm contacto tanto com o sistema de promoção e proteção como com o sistema de justiça juvenil, no entanto, este contacto com os sistemas não é simultâneo (Herz, et al., 2019).
<i>Dually-Involved Youth</i>	<i>Dually-Involved Youth</i> é o termo utilizado para fazer referência a jovens que estão simultaneamente envolvidos no sistema de promoção e proteção e justiça juvenil (Herz et al., 2012; Hirsch, et al., 2018; Vidal et al., 2019).
<i>Dually-Adjudicated Youth</i>	<i>Dually-Adjudicated Youth</i> são um subgrupo dos jovens anteriormente descritos (<i>Dually-Involved Youth</i>). Estes jovens estão envolvidos simultaneamente tanto no sistema de promoção e proteção como no sistema de justiça juvenil (Modrowski et al., 2021; Vidal et al., 2019), e foram-lhes aplicadas simultaneamente medidas em ambos os sistemas, i.e., uma medida de promoção e proteção e uma medida tutelar (Baglivio et al., 2016).

A definição destas categorias torna-se relevante para a obtenção de uma melhor compreensão acerca das trajetórias destes jovens, especificamente no que diz respeito ao seu envolvimento nestes sistemas (Herz, et al., 2019; Modrowski et al., 2021). Neste sentido, estas trajetórias definem não só o nível de envolvimento, como também permitem conhecer e identificar o caminho pelo qual o jovem teve contacto e se envolveu nos sistemas (Herz et al., 2010; Herz et al., 2012). Este conhecimento é crucial para identificar e responder às suas necessidades de intervenção. De acordo com a literatura, os jovens duplamente envolvidos requerem uma atenção especial pelo seu elevado risco, necessitando de uma grande diversidade de apoios e serviços (Herz et al., 2012; Hirsch, et al., 2018).

Deste modo, o envolvimento dos jovens nos dois sistemas pode acontecer por meio de quatro trajetórias dominantes que permitem caracterizar quando e como os jovens são

identificados pelo sistema (Herz et al., 2012; Simmons- Horton, 2021). A primeira trajetória possível ocorre quando o jovem tem um processo a decorrer no sistema de promoção e proteção e posteriormente se envolve no sistema de justiça por ocorrência de um comportamento delinquente (Herz et al., 2012; Modrowski et al., 2021; Simmons-Horton, 2021). De igual modo, a segunda trajetória implica que tenha existido um processo no sistema de promoção e proteção, no entanto, só depois de arquivado o processo é que o jovem tem o primeiro contacto com o sistema de justiça juvenil (Herz et al., 2012; Modrowski et al., 2021). Uma terceira trajetória possível ocorre quando um jovem sem contacto e envolvimento anterior no sistema de promoção e proteção entra no sistema de justiça juvenil por manifestar comportamentos delinquentes e agressivos. Por esse motivo, o caso acaba por ser encaminhado para o sistema de promoção e proteção para uma investigação adicional de suspeitas de maus-tratos (Baglivio et al., 2016). Esta investigação permite conhecer o historial do jovem e consequentemente a sua exposição a maus-tratos, iniciando-se o processo e o seu envolvimento no sistema de promoção e proteção (Herz et al., 2012; Modrowski et al., 2021; Simmons-Horton, 2021). Por último, o quarto caminho ocorre quando o jovem deixa de estar envolvido no sistema de justiça juvenil, pois termina a sua medida tutelar educativa, no entanto, o jovem não possui nenhum contexto seguro para onde possa retornar, sendo o caso encaminhado para o sistema de promoção e proteção (Modrowski et al., 2021).

A literatura tem indicado que a primeira trajetória descrita é mais frequente, ou seja, quando o jovem tem um processo a decorrer no sistema de proteção e posteriormente envolve-se no sistema de justiça por ocorrência de um comportamento delinquente (Herz et al., 2012; Modrowski et al., 2021; Simmons-Horton, 2021). Tal pode dever-se à manifestação de comportamentos agressivos e externalizantes por parte do jovem, que são fundamentados pelas experiências traumáticas vividas ao longo da infância e por um conjunto de adversidades a que estes jovens são expostos (Simmons-Horton, 2021).

1.3. Caraterísticas das crianças e jovens duplamente envolvidos

No estudo *The Los Angeles County Juvenile Probation Outcomes Study Part II* (Herz et al., 2016) foram utilizadas abordagens prospetivas e retrospectivas para identificar os jovens com duplo envolvimento. A abordagem prospetivas tiveram o objetivo de analisar amostras de jovens envolvidos no sistema de promoção e proteção ao longo do tempo, para compreender quantos deles se envolvem no sistema de justiça juvenil (Cutuli et al., 2016; Herz, et al., 2016). Já as abordagens retrospectivas procuram identificar nos jovens envolvidos no sistema de justiça juvenil a existência de maus-tratos no passado e respetivo envolvimento no sistema de

promoção e proteção (Herz et al., 2019). Através das abordagens prospetivas foi possível identificar que 7 a 30% dos jovens com processos a decorrer no sistema de promoção e proteção, com idades compreendidas entre os 10 e os 18 anos, acabam por ter envolvimento com o sistema de justiça juvenil (Cutuli et al. 2016; Herz et al., 2016; Herz et al., 2019). Além disso, 30 a 70% dos jovens que estão no sistema de justiça juvenil foram vítimas de experiências de maus-tratos (Goodkind et al., 2013). Nos estudos retrospectivos constatou-se um maior envolvimento duplo, na medida em que 83% dos jovens envolvidos no sistema de justiça juvenil apresentam contacto prévio com o sistema de promoção e proteção (Herz, et al, 2016; Herz et al., 2019). Recentemente, tem sido demonstrado que a maioria dos indivíduos com pena de prisão no início da idade adulta estiveram anteriormente envolvidos no sistema de proteção (Eastman et al., 2019; Goodkind et al., 2020).

Nos Estados Unidos, em 2018 existiam aproximadamente 428 mil jovens envolvidos no sistema de proteção, sendo que destes jovens, entre 9 a 29% acabaram por se envolver em comportamentos delinquentes (Coldiron et al., 2019; Herz, et al., 2010). Em média, estes jovens envolvem-se nestes atos quando têm entre os 15 e 16 anos, o que indica que o seu primeiro contacto com o sistema de justiça juvenil ocorre mais cedo quando comparados com outros jovens que também estão envolvidos no sistema, mas que não apresentam histórico de maus-tratos (Herz et al., 2019).

No contexto português, de acordo com o Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ (2023), foram reportadas no ano de 2022 um total de 49 564 comunicações de crianças e jovens em situações de perigo. Deste total de comunicações, 69 delas foram realizadas pela DGRSP, correspondendo a uma percentagem de aproximadamente 0.14%. Do total de situações de perigo diagnosticadas, 18% correspondem à categoria de comportamentos da própria criança/jovem que o coloca numa situação de perigo e que afeta o seu desenvolvimento e bem-estar (e.g., comportamentos graves antissociais ou/e de indisciplina, correspondendo a 34% dos jovens cujo diagnóstico da situação de perigo foi esta categoria). Dentro desta categoria, a sua expressão aumenta com a idade, sendo mais prevalente na faixa etária dos 15 aos 18 anos. Na subcategoria da prática de factos qualificados pela lei penal como crime para crianças com idade inferior a 12 anos, foram diagnosticadas 20 situações, correspondendo a uma percentagem de 0.7%.

No decorrer do ano de 2022, as CPCJ aplicaram 868 medidas cautelares, sendo a maior parte delas aplicadas em meio natural de vida (88.9%). As medidas de colocação correspondem a 11.1% (total de 96 medidas) e 90% delas foram de acolhimento residencial as restantes 10% de acolhimento familiar. Em 15% dos casos, o motivo pelo qual estas crianças e jovens foram

acolhidas esteve relacionado com comportamentos graves, antissociais ou/e indisciplina (CNPDPJ, 2023), sendo que em 1.4% (N= 2 214) das crianças e jovens acolhidos, o motivo da cessação de medida de acolhimento residencial foi o internamento em centro educativo (ISSIP, 2022). De acordo com o Relatório Estatístico Anual de 2022 da DGRSP foram recebidas ao longo desse ano 1 525 solicitações para execução de medidas na área tutelar educativa. No final do ano de 2021, estavam em execução 1 170 medidas, sendo que 119 (10.17%) eram de internamento em centro educativo (DGRSP, 2023). No entanto as medidas não institucionais mais aplicadas e acompanhadas pelos serviços de reinserção social ao longo dos últimos correspondem ao Acompanhamento Educativo (31%), à Imposição de Obrigações (26%) e às Tarefas a Favor da Comunidade (6%), (DGRSP, 2023).

Atendendo à complexidade de trajetórias e de fatores de risco ao longo do seu processo de desenvolvimento, os desafios que estes jovens enfrentam do ponto de vista académico, profissional e da manutenção de vínculos familiares e comunitários, são muito significativos (Coldiron et al., 2019; Goodkind et al., 2013). Muitos destes jovens possuem necessidades complexas, colocando-os em maior risco do desenvolvimento de problemas de saúde mental e física, de abuso de substâncias e de comportamentos delinquentes (Vidal et al., 2019). Com efeito, alguns estudos têm demonstrado evidências relativamente à presença de problemas de saúde, de comportamento e de abuso de substâncias nos jovens duplamente envolvidos (Herz, et al., 2016; Herz, et al., 2019). Quando comparam esta população de jovens com outros que estão envolvidos no sistema de justiça juvenil, mas que não tiveram qualquer contacto com o sistema de promoção e proteção, os autores sugerem que os primeiros apresentam níveis mais elevados de abuso de substâncias e problemas de saúde mental (Herz, et al., 2019). Já no que diz respeito às dificuldades académicas, estes jovens apresentam padrões significativos de abandono escolar, resultados académicos fracos e comportamentos disruptivos que podem resultar em suspensões (Herz et al., 2016; Herz, et al., 2019). À medida que a idade aumenta, as dificuldades têm tendência a intensificar-se, o que aumenta a probabilidade de enfrentarem experiências mais adversas que podem resultar, por exemplo, em situações de desemprego e de sem-abrigo (Kelley & Haskins, 2021).

Partindo assim da premissa de que existe uma associação significativa entre os maus-tratos na infância e o comportamento delinquente, tem-se vindo a compreender as relações entre as características da criança e as suas experiências tanto no sistema de proteção como no sistema de justiça (DeGue & Widom, 2009; Goodkind et al., 2020). A idade em que ocorreram os maus-tratos e o primeiro contacto e envolvimento com o sistema de promoção e proteção pode ser um preditor significativo do envolvimento no sistema de justiça juvenil. A investigação

demonstra que os jovens que entram no sistema de promoção e proteção em idades mais precoces apresentam uma probabilidade menor de desenvolverem padrões de comportamento delinquentes e conseqüentemente de se envolverem no sistema de justiça. Esta evidência pode estar relacionada com o facto de os problemas familiares explicativos dos maus-tratos na infância, tenham sido alvo de intervenção e tenham deixado de estar presentes na adolescência (Goodkind, et al., 2013).

Contrariamente a esta evidência, a aplicação de uma medida de colocação pode aumentar a probabilidade de o jovem mais tarde se envolver no sistema de justiça juvenil (Ryan & Testa, 2005). O facto de estes jovens serem retirados das suas casas tende a decorrer das experiências de maus-tratos, abuso e negligência de maior intensidade. Neste sentido, entende-se que estes jovens estão mais propensos a se envolverem no sistema de justiça juvenil no futuro, quando comparados com outros jovens que na sua infância também sofreram de maus-tratos, mas menos severos e cuja intervenção incluiu a preservação familiar (Goodkind et al., 2013; Ryan & Testa, 2005). A investigação tem demonstrado a presença de traumas e conseqüentemente de perturbações ao nível da saúde mental nos jovens a quem foi aplicada uma medida de colocação, o que intensifica a relação de que a retirada destes jovens das suas casas possa estar associada ao envolvimento no sistema de justiça juvenil (Goodkind, et al., 2013). Os estudos têm ainda indicado que quando existe instabilidade na colocação (i.e., o jovem passa por múltiplas colocações), há uma maior propensão para atos de delinquência e conseqüentemente para o envolvimento no sistema de justiça juvenil (DeGue & Widom, 2009; Goodkind, et al., 2013). Apesar disso, ainda não está completamente esclarecido se a instabilidade na colocação é o fator explicativo dos comportamentos delinquentes ou se são os comportamentos desviantes e disruptivos que estão associados a maior instabilidade na colocação (Goodkind et al., 2013; Ryan & Testa, 2005).

1.4. Problema de Investigação e Objetivos

A partir da revisão de literatura apresentada, há um conjunto de problemas a que queremos dar resposta com esta revisão *scoping*. Em primeiro lugar, a dificuldade em estabelecer uma definição clara de quem são os jovens duplamente envolvidos e como podem ser identificados, reconhecendo-se a necessidade de uma maior clarificação no que diz respeito à delimitação conceptual nesta área (Herz, et al., 2012). Do mesmo modo, atendendo à particular vulnerabilidade destes jovens anteriormente descrita, uma maior sistematização da evidência centrada nas características grupo é necessária. Tal permitirá definir estratégias de

intervenção e políticas de proteção baseadas em evidência. Com efeito, e ao contrário das revisões sistemáticas da literatura, as *scoping reviews* são utilizadas para esclarecer conceitos-chave, identificar lacunas e apresentar uma visão geral e mais ampla das evidências disponíveis relativamente a um determinado tema (Tricco et al., 2016). Neste sentido, o seu grande objetivo é sintetizar e mapear a literatura existente relativamente a uma determinada área de estudo, sendo considerada uma estratégia de investigação bastante útil, nomeadamente em áreas complexas, pouco revistas e coesas (Arskey & O'Malley, 2005).

Neste sentido, a presente revisão *scoping* tem como objetivo mapear e sintetizar a literatura existente relativamente aos jovens duplamente envolvidos no sistema de Justiça Juvenil e de Promoção e Proteção. Especificamente, pretendemos contribuir para uma melhor compreensão quanto à clarificação conceptual e aos fatores de risco e proteção identificados neste grupo de jovens *duplamente envolvidos*.

CAPÍTULO 2

Método

2.1 Estratégia de Pesquisa

Foi utilizada uma estratégia de pesquisa eletrônica de forma a identificar estudos que abordassem o conceito de duplo envolvimento dos jovens no sistema de promoção e proteção e no sistema de justiça juvenil. A combinação de palavras-chave utilizada foi: “*Dually Involved Youth*” OR “*Dual System Youth*” OR “*Crossover Youth*” OR “*Dually-Adjudicated youth*” OR “*Dual Contact Youth*” AND “*Child Protection*” OR “*Child Welfare*” OR “*Juvenile Justice*” OR “*Youth Justice System*”.

Utilizando a seleção das palavras-chave anteriormente descritas, em janeiro de 2023 foi efetuada a pesquisa nas seguintes bases de dados: *Academic Search Complete*, *APA PsycArticles*, *APA PsycInfo*, *ERIC*, *MEDLINE*, *Psychology* e *Behavioral Sciences Collection*. Esta pesquisa foi limitada de modo a apresentar apenas resultados de revistas científicas com revisão por pares. Outras duas bases de dados utilizadas foram a *Scopus* e a *Web of Science* em que se selecionou para ambas o mesmo limitador de pesquisa, “artigos”.

2.2 Critérios de Inclusão e Exclusão

Os critérios de inclusão e exclusão foram definidos para determinar quais os estudos que, extraídos através da estratégia de pesquisa apresentada anteriormente, seriam selecionados nesta revisão *scoping*. Neste sentido, foram definidos como critérios de inclusão: a) estudos que se centram em crianças e jovens com envolvimento nos dois sistemas; b) estudos empíricos e c) artigos escritos em português, inglês e espanhol. Como critérios de exclusão, foram considerados os seguintes: a) revisões de literatura sistemática, *scoping reviews*, meta-análises, comentários e b) estudos que se centram em crianças e jovens com experiência de mau-trato e comportamento delinquente, agressivo ou antissocial sem envolvimento nos dois sistemas.

2.3 Seleção dos estudos

O *screening* dos estudos obtidos através da pesquisa foi realizado com recurso ao software *Rayyan QCRI* (Ouzzani et al., 2016), e tendo por base os procedimentos sugeridos pelo PRISMA *Scoping Reviews* (PRISMA-ScR) (Tricco et al., 2018). Este procedimento é constituído por uma *checklist*, que apoia o desenvolvimento da revisão através do cumprimento de um conjunto de etapas (Tricco et al., 2018).

Tendo em conta os critérios de inclusão e exclusão anteriormente definidos e uma análise dos títulos e do resumo dos artigos, foi efetuado o *screening* inicial. Foi também solicitada a

colaboração de uma investigadora independente para realizar o *co-screening* de todos os estudos, para se efetuar o processo de acordo entre juízes. Neste sentido, foi-lhe facultado o acesso ao *software*, bem como as informações relativas à estratégia de pesquisa utilizada e aos critérios de inclusão e exclusão. A percentagem de acordo entre juízes foi de 99%, o que significa que apenas houve discordância no caso de um artigo, tendo-se alcançado consenso após uma breve discussão entre os juízes e uma terceira investigadora.

CAPÍTULO 3

Resultados

3.1 *Screening* e seleção dos estudos

Os resultados do processo de *screening* e seleção dos estudos são apresentados em fluxograma congruente com as diretrizes PRISMA-ScR (Tricco et al., 2018) (Figura 1). A pesquisa inicial resultou num total de 208 documentos, tendo sido removidos 137 duplicados, resultando num total de 71 artigos para análise do título e resumo.

O *screening* do título e resumo destes artigos resultou na exclusão de 17 artigos. O *co-screening* foi realizado seguindo os mesmos critérios e a mesma metodologia de análise. A taxa de acordo entre juízes correspondeu a 99%, o que significa que apenas um artigo esteve em conflito. Alcançou-se um consenso após uma breve discussão entre os juízes e uma terceira investigadora, e foram selecionados para leitura do texto integral um total de 54 artigos. Após a leitura integral destes 54 artigos, 15 foram excluídos, resultando num total de 39 estudos selecionados para esta *scoping review*.

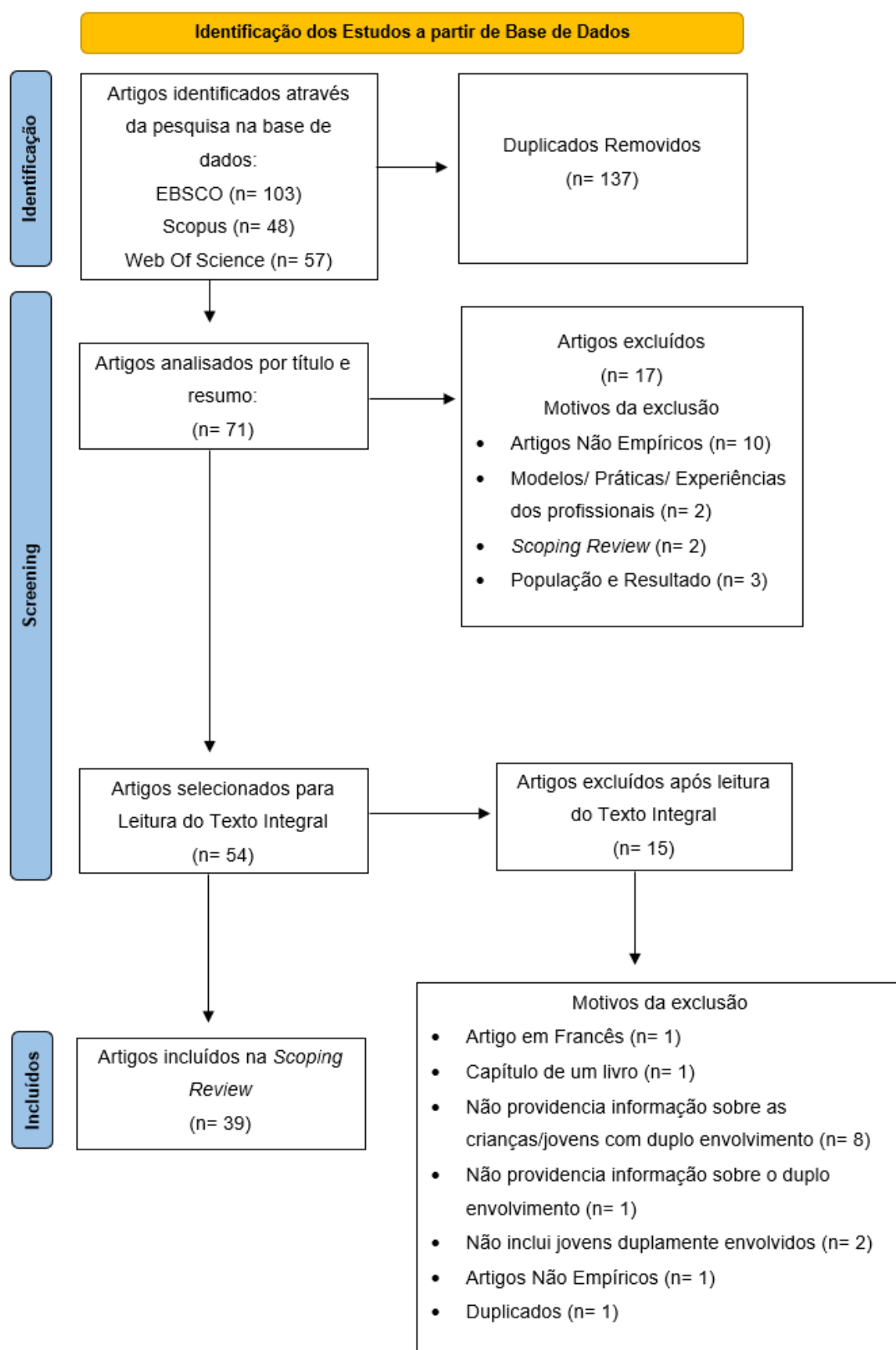


Figura 1.

Fluxograma da Seleção de Estudos Baseado no Protocolo PRISMA-ScR (Tricco et al., 2018)

3.2 Características dos Estudos

Os 39 estudos incluídos na presente *scoping review* foram publicados entre 2010 e 2022, e as suas características são apresentadas na Tabela 2. A maioria dos estudos foi desenvolvido nos EUA (70%) e os restantes no contexto australiano. No que diz respeito ao desenho, a maioria dos estudos apresenta um desenho quantitativo (87%), transversal (69%), com recurso a amostras de crianças e jovens (92%), e com idades compreendidas entre os cinco e os 21 anos. A maior parte dos estudos incluiu amostras de crianças e jovens de ambos os sexos (85%). Finalmente, 8% dos estudos incluem profissionais como participantes.

Tabela 2.*Caracterização dos estudos*

Autores	Ano	País	Desenho	Tipo de Amostra	N	Sexo	Idade
Sherri Y. Simmons-Horton	2020	EUA	Transversal e Qualitativo	Crianças e Jovens	10	Masculino (40%) e feminino (60%)	18-24 anos
Minhae Cho, Wendy Haight, Won Seok Choi, Saahoon Hong & Kristine Piescher	2019	EUA	Longitudinal e Quantitativo	Crianças e Jovens	5.002	Masculino (50%) e feminino (50%)	9-14 anos
Daschel J. Franz, Amanda M. Griffin, Lisa Saldana & Leslie D. Leve	2019	EUA	Longitudinal e Quantitativo	Crianças e Jovens	166	Feminino (100%)	13-17 anos
Rubini Ball & Susan Baidawi	2021	Austrália	Transversal e Qualitativo	Profissionais	82	Masculino (34%) e feminino (66%)	Não disponível
Denise C. Herz, Andrea Lane Eastman & Himal Suthar	2022	EUA	Transversal e Quantitativo	Crianças e Jovens	4.404	Masculino (74%) e feminino (26%)	Não disponível
Wendy Haight, Laurel Bidwell, Won Seok Choi & Minhae Cho	2016	EUA	Transversal e Quantitativo	Crianças e Jovens	228	Masculino (51%) e feminino (49%)	10-17 anos
Faith Summersett Williams, Zoran Martinovich, Cassandra Kisiel, Gene Griffin, Hayley Goldenthal & Neil Jordan	2019	EUA	Transversal e Quantitativo	Crianças e Jovens	4811	Masculino (41%) e feminino (59%)	10-17 anos
Susan Baidawi & Rubini Ball	2023	Austrália	Transversal e Quantitativo	Crianças e Jovens	568	Masculino (75%) e feminino (25%)	10-17 anos
Susan Baidawi, Rosemary Sheehan & Catherine Flynn	2020	Austrália	Transversal e Qualitativo	Profissionais	82	Masculino e Feminino (% não disponível)	Não disponível

Autores	Ano	País	Desenho	Tipo de Amostra	N	Sexo	Idade
Susan Baidawi	2020	Austrália	Transversal e Quantitativo	Crianças e Jovens	300	Masculino (68%) e feminino (31%) Transgênero (1%)	10-17 anos
Jerry Flores, Janelle Hawes, Angela Westbrooks & Chanae Henderson	2018	EUA	Transversal e Qualitativo	Crianças e Jovens	33	Feminino (100%)	Não disponível
Hui Huang, Joseph P. Ryan, Antoinette Sappleton & Yu-Ling Chiu	2015	EUA	Transversal e Quantitativo	Crianças e Jovens	213	Masculino (65%) e feminino (35%)	>16 anos
Sei-Young Lee & Margarita Villagrana	2015	EUA	Transversal e Quantitativo	Crianças e Jovens	2743	Masculino (77%) e feminino (23%)	>18 anos
Antônio Garcia, Minseop Kim & Sheila Barnhart	2022	EUA	Longitudinal e Quantitativo	Crianças e Jovens	8902	Masculino (82%) e feminino (18%)	13-17 anos
Denise C. Herz, Carly B. Dierkhising, Jessica Raithel, Maryanne Schretzman, Shannon Gultinan, Robert M. Goerge, Youngmin Cho, Claudia Coulton & Sam Abbott	2019	EUA	Longitudinal e Quantitativo	Crianças e Jovens	26883	Masculino (75%) e feminino (25%)	10-18 anos
Denise C. Herz, Andrea Lane Eastman, Emily Putnam-Hornstein & Jacquelyn McCroskey	2021	EUA	Longitudinal e Quantitativo	Crianças e Jovens	6877	Masculino (78%) e feminino (22%)	10-17 anos
Minseop Kim, Antonio R. Garcia & Lewis H. Lee	2021	EUA	Longitudinal e Quantitativo	Crianças e Jovens	400	Masculino (68%) e feminino (32%)	13-15 anos
Rebecca A. Hirsch, Carly B. Dierkhising & Denise Herz	2018	EUA	Transversal e Quantitativo	Crianças e Jovens	131	Masculino (60%) e feminino (40%)	Não disponível
Andrea Lane Eastman & Emily Putnam-Hornstein	2018	EUA	Transversal e Quantitativo	Crianças e Jovens	11188	Masculino (79%) e feminino (21%)	17 anos
Stacey L. Shipe, Terry V. Shaw, Sara Betsinger & Jill Farrell	2017	EUA	Transversal e Quantitativo	Crianças e Jovens	2259	Masculino (47%) e feminino (53%)	7-16 anos

Autores	Ano	País	Desenho	Tipo de Amostra	N	Sexo	Idade
Abigail Sheed, Nina Papalia, Benjamin Spivak, Troy McEwan & Stefan Luebbbers	2022	Austrália	Transversal e Quantitativo	Crianças e Jovens	169	Masculino (80%) e feminino (20%)	12-21 anos
Denise C. Herz, Joseph P. Ryan, & Shay Bilchik	2010	EUA	Transversal e Quantitativo	Crianças e Jovens	581	Masculino (67%) e feminino (33%)	Não disponível
Ben Matthews, Susan McVie, Carleen Thompson & Anna Stewart	2022	Austrália	Longitudinal e Quantitativo	Crianças e Jovens	83371	Masculino (52%) e feminino (48%)	Não disponível.
Alyssa LaBerge, Caitlin Cavanagh & Elizabeth Cauffman	2022	EUA	Longitudinal e Quantitativo	Crianças e Jovens	519	Masculino (100%)	13-17 anos
Christina C. Tam, Laura S. Abrams, Bridget Freisthler & Joseph P. Ryan	2016	EUA	Longitudinal e Quantitativo	Crianças e Jovens	5061	Masculino (80%) e feminino (20%)	12-17 anos
Michael T. Baglivio, Kevin T. Wolff, Alex R. Piquero, Shay Bilchik, Katherine Jackowski, Mark A. Greenwald & Nathan Epps	2016	EUA	Longitudinal e Quantitativo	Crianças e Jovens	12955	Masculino (77%) e feminino (23%)	Não disponível
Sarah Vidal, Dana Prince, Christian M. Connell, Colleen M. Caron, Joy S. Kaufman & Jacob K. Tebes	2017	EUA	Longitudinal e Quantitativo	Crianças e Jovens	10850	Masculino (54%) e feminino (46%)	10-13 anos
Susan Baidawi & Alex R. Piquero	2021	Austrália	Transversal e Quantitativo	Crianças e Jovens	300	Masculino (68%) e feminino (31%) Transgênero (2%)	10-17 anos
Thomas Byrne, Metraux Stephen, Minseop Kim, Dennis P. Culhane, Manuel Moreno, Halil Toros & Max Stevens	2014	EUA	Longitudinal e Quantitativo	Crianças e Jovens	7492	Masculino (43%) e feminino (57%)	16-21 anos
Minseop Kim, Antonio R. Garcia, Nahri Jung & Sheila Barnhart	2020	EUA	Transversal e Quantitativo	Crianças e Jovens	1267	Masculino (69%) e feminino (31%)	13-19 anos
Emily M. Wright, Ryan Spohn & Michael Campagna	2020	EUA	Transversal e Quantitativo	Crianças e Jovens	635	Masculino (67%) e feminino (33%)	5-18 anos

Autores	Ano	País	Desenho	Tipo de Amostra	N	Sexo	Idade
Carly B. Dierkhising, Denise Herz, Rebecca A. Hirsch & Sam Abbott	2019	EUA	Transversal e Quantitativo	Crianças e Jovens	870	Masculino (60%) e feminino (40%)	Não disponível
Sarah C. Narendorf, Daphne M. Brydon, Diane Santa Maria, Kimberly Bender, Kristin M. Ferguson, Hsun-Ta Hsu, Anamika Barman-Adhikari, Jama Shelton & Robin Petering	2020	EUA	Transversal e Quantitativo	Crianças e Jovens	1420	Masculino (60%) e feminino (34%) Transgênero (6%)	18-26 anos
Hui Huang, Joseph P. Ryan & Denise Herz	2012	EUA	Transversal e Quantitativo	Crianças e Jovens	1148	Masculino (68%) e feminino (32%)	Não disponível
Malvaso, C. G., Delfabbro, P. H., Day, A., & Nobes, G.	2018	Austrália	Transversal e Quantitativo	Crianças e Jovens	1819	Masculino (85%) e feminino (15%)	10-18 anos
Emmeline Chuang & Rebecca Wells	2010	EUA	Transversal e Quantitativo	Crianças e Jovens	351	Masculino (50%) e feminino (50%)	>6 anos
Jane Marie Marshall & Wendy L. Haight	2014	EUA	Transversal e Qualitativo	Profissionais	33	Masculino (42%) e feminino (58%)	29-72 anos
Rebecca Orsi, Chris Lee, Marc Winokur & Amanda Pearson	2018	EUA	Transversal e Quantitativo	Crianças e Jovens	5691	Masculino (73%) e feminino (27%)	10-17 anos
Catia G. Malvaso, Paul H. Delfabbro, Andrew Day & Gavin Nobes	2019	Austrália	Transversal e Quantitativo	Crianças e Jovens	2045	Masculino (84%) e feminino (16%)	10-18 anos

3.3 Clarificação Concetual

A presente revisão *scoping* revela que existem dois termos na literatura que são frequentemente utilizados no que diz respeito à conceptualização dos jovens duplamente envolvidos. Genericamente, estes estudos referem-se a estes jovens como *Crossover Youth*, sendo considerado o termo mais amplo e abrangente, incluindo todos os jovens que tiveram experiências de maus-tratos e manifestações de comportamentos delinquentes, envolvendo-se posteriormente, independentemente da ordem temporal, nos sistemas de promoção e proteção e justiça juvenil (Baglivio et al., 2015; Byrne et al., 2014; Garcia et al., 2021; Haight et al., 2016; Herz et al., 2010; Herz et al., 2022; Kim et al., 2020; Lee et al., 2015; Sheed et al., 2022; Simmons-Horton, 2021). No entanto, é possível constatar que alguns autores se referem a estes *Crossover Youth*, como jovens que estão simultaneamente ou não envolvidos e com processos ativos tanto no sistema de promoção e proteção como no sistema de justiça juvenil (Baidawi et al., 2020; Baidawi & Piquero, 2020; Ball & Baidawi, 2021; Chuang & Wells, 2011; Flores et al., 2018; Hirsch et al., 2018; Huang et al., 2015; Wirght et al., 2020). Alguns autores defendem ainda que estes jovens que já experienciaram algum tipo de contacto com ambos os sistemas possam também ser referenciados como *Dual System Youth*, um termo emergente e que tem vindo a ser frequentemente utilizado para se referir a jovens que tiverem contacto tanto com o sistema de promoção e proteção como com o sistema de justiça juvenil, independentemente do facto de este contacto ocorrer de forma independente ou simultânea (Kim et al., 2020; Kim et al., 2021).

Alguns estudos evidenciam a importância de existir uma estrutura e terminologia que permita clarificar e delinear a natureza e o tempo do envolvimento dos jovens em ambos os sistemas (Baglivio et al., 2015; Baidawi et al., 2020; Baidawi & Ball, 2023; Baidawi & Piquero, 2020; Herz et al., 2010; Herz et al., 2021; Simmons-Horton, 2021), e neste sentido os *Dually-Involved Youth*, são definidos na literatura como jovens que estão simultaneamente envolvidos em ambos os sistemas (Baglivio et al., 2015; Byrne et al., 2014; Dierkhising et al., 2018; Garcia et al., 2021; Herz et al., 2010; Hirsch et al., 2018; Huang et al., 2012; LaBerge et al., 2022; Lee & Villagrana, 2015). Os *Dually-Adjudicated Youth*, são um subgrupo dos *Dually-Involved Youth*, pois abrange jovens a quem foi aplicada uma medida simultaneamente pelos dois sistemas (Baglivio et al., 2015; Herz et al., 2010; Lee & Villagrana, 2015).

3.4 Evidência qualitativa a partir da perspetiva dos profissionais e das crianças e jovens

Foram incluídos na presente revisão *scoping* cinco estudos qualitativos, a maioria centrada na perspetiva de profissionais de ambos os sistemas (e.g., oficiais de justiça,

promotores e agentes da polícia, advogados, profissionais do sistema de promoção e proteção e justiça juvenil, profissionais de educação, médicos de saúde mental infantil e familiar) ($n=3$) e os restantes na perspetiva dos jovens.

Os resultados sugerem que se por um lado, os profissionais consideram que os jovens duplamente envolvidos tendem a experienciar maus-tratos mais severos quando comparados com jovens com envolvimento em apenas um sistema (Baidawi et al., 2020), por outro lado, outros profissionais consideram que as necessidades dos jovens duplamente envolvidos são semelhantes às dos jovens envolvidos em apenas um dos sistemas. Os profissionais destacam ainda que a escassez de recursos, devido a limitações na prestação de serviços e ao financiamento insuficiente, é um fator que dificulta a resposta adequada às necessidades dos jovens duplamente envolvidos. A falta de recursos adequados compromete o apoio necessário para proporcionar um ambiente seguro e saudável aos jovens e às suas famílias (Ball & Baidawi, 2021). Com efeito, de acordo com estes profissionais, os fatores de risco familiares potenciam uma maior vulnerabilidade para os *Crossover Youth* se envolverem em atividades ilegais e prejudiciais (e.g., envolvimento em crimes contra a propriedade, abuso de substâncias e abuso sexual) (Baidawi et al., 2020).

Além disso, questões socioeconómicas, raciais e étnicas também foram identificadas pelos profissionais. Os jovens duplamente envolvidos afro-americanos provenientes de famílias com baixo rendimento foram destacados como particularmente vulneráveis às dificuldades socioeconómicas, impactando a sua experiência de envolvimento no sistema de promoção e proteção e justiça juvenil (Marshall & Haight, 2014). Considerando ainda as questões raciais e étnicas, é comum que os jovens duplamente envolvidos e os profissionais desta área tenham línguas maternas distintas. Dentro desta dinâmica, os profissionais também reportam que estes jovens demonstram alguma incapacidade, dificuldade e relutância para se adaptarem à linguagem utilizada pelos profissionais (Marshall & Haight, 2014). Além disso, comportamentos de resistência por parte dos jovens à intervenção tendem a ser interpretados pelos profissionais como incumprimento e hostilidade (Marshall & Haight, 2014).

De acordo com os jovens duplamente envolvidos, um dos aspetos negativos salientados é a existência de múltiplas colocações, sendo que uma parte significativa dos jovens passaram por pelo menos duas colocações. Além disso, os caminhos para o duplo envolvimento variam, alguns jovens mencionam ter entrado primeiro no sistema de promoção e proteção e depois no sistema de justiça juvenil, enquanto outros referem ter seguido o caminho inverso (Flores et al., 2018; Simmons-Horton, 2021). Estes jovens salientam ainda dificuldades em estabelecer relacionamentos de confiança devido ao facto de terem sido expostos a situações traumáticas

no passado (Flores et al., 2018; Simmons-Horton, 2021). Os jovens relatam também a ausência de oportunidades em participar em atividades típicas da adolescência durante as suas experiências em casas de acolhimento ou centros educativos. Esse fator é visto como um limitador para o desenvolvimento adequado das suas habilidades sociais, da sua independência e da sua responsabilidade (Simmons-Horton, 2021).

3.5 Evidência quantitativa centrada no perfil das crianças e jovens com duplo envolvimento

3.5.1 Perfil das trajetórias de duplo envolvimento

A evidência obtida nesta revisão revela que para a maioria dos jovens duplamente envolvidos, o envolvimento no sistema de promoção e proteção antecede o primeiro contacto com o sistema de justiça juvenil (Baidawi & Ball, 2023; Baglivio et al., 2016; Herz et al., 2021; Huang et al., 2012; Malvaso et al., 2019; Orsi et al., 2018; Tam et al., 2016; Vidal et al., 2017). Neste sentido, grande parte dos jovens que se envolvem no sistema de justiça juvenil apresenta um histórico prévio de envolvimento no sistema de promoção e proteção. Não obstante, estudos sugerem que aqueles que não possuem esse envolvimento no passado, acabam por posteriormente ter contacto com o sistema de promoção e proteção (Herz et al., 2022). A evidência também demonstra que as experiências adversas na infância são vistas como um preditor para o aumento da probabilidade de futuras infrações e consequentemente do envolvimento no sistema de justiça juvenil (Baglivio et al., 2016).

Relativamente ao tipo de envolvimento no sistema de promoção e proteção, os estudos demonstram que os jovens duplamente envolvidos têm uma maior probabilidade de ser colocados em acolhimento residencial, quando comparados com jovens envolvidos apenas no sistema de promoção e proteção (Baidawi, 2020; Baidawi & Ball, 2023; Dierkhising et al., 2019; Herz et al., 2019; Herz et al., 2021; Malvaso et al., 2018). Com efeito, jovens duplamente envolvidos apresentam histórico de colocações em acolhimento residencial, passando por múltiplas colocações, o que reflete uma vivência de instabilidade nestes contextos (Dierkhising et al., 2019; Hirsch et al., 2018). Os jovens duplamente envolvidos também apresentam maiores taxas de colocação em centros educativos quando comparados com jovens apenas envolvidos no sistema de justiça juvenil (Lee & Villagrana, 2015).

3.5.2 Natureza das práticas de crime e envolvimento criminal

Um aspecto mencionado em 20% dos estudos revistos neste trabalho diz respeito ao tipo de infrações praticadas pelos jovens duplamente envolvidos (Dierkhising et al., 2019; Baidawi, 2020; Baidawi & Ball, 2023; Herz et al., 2019; Herz et al., 2021; Huang et al., 2015; Malvaso et al., 2019; Orsi et al., 2018). Estes jovens têm uma maior probabilidade de terem uma medida aplicada por envolvimento em crimes violentos (Baidawi, 2020; Baidawi & Ball, 2023; Herz et al., 2021) e crimes contra a propriedade, como roubo, furto e vandalismo (Dierkhising et al., 2019; Baidawi & Ball, 2023; Malvaso et al., 2019). Os estudos indicam também que os crimes contra as pessoas, mais especificamente violência familiar, são também prevalentes nestes jovens (Baidawi, 2020; Herz et al., 2019; Orsi et al., 2018). No entanto, as evidências demonstram que em média, os jovens duplamente envolvidos foram condenados por vários tipos diferentes de crimes antes dos 18 anos, sendo os crimes não violentos mais frequentes do que os violentos (Malvaso et al., 2019). Os jovens duplamente envolvidos também apresentam uma maior probabilidade de reincidência quando comparados com jovens que apenas estão envolvidos no sistema de justiça juvenil (Baidawi & Ball, 2023; Herz et al., 2021; Kim et al., 2021). Este grupo de jovens, com envolvimento em ambos os sistemas, apresentou também um número significativamente maior de infrações do que os jovens envolvidos apenas na justiça juvenil (Baidawi & Ball, 2023; Lee & Villagrana, 2015).

Além disso, a evidência sugere indicadores importantes sobre a reincidência entre jovens duplamente envolvidos no sistema de promoção e proteção e justiça juvenil. Alguns estudos mostram que jovens que estão envolvidos em ambos os sistemas têm uma taxa de reincidência mais elevada do que jovens que têm apenas um histórico de delinquência sem envolvimento prévio no sistema de promoção e proteção. Estes jovens duplamente envolvidos têm também uma probabilidade significativamente maior de reincidência após abandonarem o sistema de justiça juvenil (Herz et al., 2019; Herz et al., 2021; Huang et al., 2012; Sheed et al., 2022).

Diferentes fatores de risco estão associados à reincidência entre os jovens duplamente envolvidos, nomeadamente o sexo dos jovens (masculino), a raça/etnia (afro-americano), histórico de abuso de substâncias, problemas de comportamento, entre outros (Baglivio et al., 2016; Herz et al., 2010; Kim et al., 2021; Lee & Villagrana, 2015). Alguns estudos também examinaram os fatores de proteção que podem reduzir a probabilidade de reincidência entre jovens duplamente envolvidos. Esses fatores incluem o conhecimento e esforço dos cuidadores relativamente aos cuidados e às necessidades específicas deste grupo de jovens, o suporte

familiar, um envolvimento satisfatório na escola e a importância atribuída à escola. Contrariamente aos fatores de risco, estes fatores de proteção demonstram reduzir o risco de reincidência entre os jovens (LaBerge et al., 2022; Baglivio et al., 2016; Lee & Villagrana, 2015).

3.5.3 Características sociodemográficas

Grande parte dos estudos quantitativos (41%) indicam que o sexo é um fator relacionado com o envolvimento dos jovens em ambos os sistemas (Baglivio et al., 2016; Byrne et al., 2014; Cho et al., 2019; Dierkhising et al., 2019; Herz et al., 2019; Herz et al., 2021; Herz et al., 2022; Hirsch et al., 2018; Huang et al., 2012; Lee & Villagrana, 2015; Malvaso et al., 2018; Narendorf et al., 2020; Summersett et al., 2019; Tam et al., 2016; Vidal et al., 2017).

A maior parte destes estudos demonstram a predominância de jovens do sexo masculino nos grupos de jovens duplamente envolvidos (Baglivio et al., 2016; Byrne et al., 2014; Cho et al., 2019; Herz et al., 2021; Hirsch et al., 2018; Huang et al., 2012; Lee & Villagrana, 2015; Malvaso et al., 2018; Narendorf et al., 2020; Summersett et al., 2019; Tam et al., 2016; Vidal et al., 2017), decorrente do maior número de fatores de risco e menor de proteção. A evidência demonstra, ainda, a existência de diferenças de gênero no tipo de infrações cometidas. Por exemplo, as jovens têm maior probabilidade de cometer atos relacionados com agressões, enquanto os jovens são mais frequentemente associados a crimes contra a propriedade (Herz et al., 2022).

Os resultados sugerem, ainda, que os jovens duplamente envolvidos, em média, tendem a ter idades mais jovens no momento da primeira infração e do primeiro contato com o sistema de justiça juvenil quando comparados com jovens que apenas estão envolvidos com um dos sistemas (Baidawi, 2020; Baidawi & Ball, 2023; Herz et al., 2019; Huang et al., 2015; Lee & Villagrana, 2015). A idade também é um fator relevante na transição dos jovens do sistema de proteção para o sistema de justiça juvenil. Jovens mais velhos no momento da abertura do processo de promoção e proteção apresentam maior probabilidade de se envolverem no sistema de justiça juvenil (Summersett et al., 2019; Vidal et al., 2017).

Além da idade e sexo, a maioria dos estudos quantitativos (50%) apontam para a existência de desigualdades e disparidades raciais e étnicas presentes no sistema de promoção e proteção e justiça juvenil (Baglivio et al., 2016; Baidawi, 2020; Cho et al., 2019; Dierkhising et al., 2019; Herz et al., 2019; Herz et al., 2021; Herz et al., 2022; Hirsch et al., 2018; Huang et al., 2012; Huang et al., 2015; Lee & Villagrana, 2015; Malvaso et al., 2018; Matthews et al., 2022; Narendorf et al., 2020; Sheed et al., 2022; Summersett et al., 2019; Vidal et al., 2017).

Grupos minoritários raciais, como nativos americanos, negros e hispânicos, apresentam uma maior probabilidade de se envolverem mais precocemente no sistema de justiça juvenil em comparação com os jovens caucasianos (Baglivio et al., 2016; Cho et al., 2019; Dierkhising et al., 2019; Herz et al., 2019; Herz et al., 2022; Hirsch et al., 2018; Huang et al., 2012; Huang et al., 2015; Lee & Villagrana, 2015; Summersett et al., 2019; Vidal et al., 2017). A evidência indica, ainda, que os jovens afro-americanos, hispânicos e latinos estão sobre-representados entre os jovens duplamente envolvidos em comparação com a população em geral (Baglivio et al., 2016; Cho et al., 2019; Dierkhising et al., 2019; Herz et al., 2019; Herz et al., 2022; Hirsch et al., 2018; Huang et al., 2012; Huang et al., 2015; Lee & Villagrana, 2015; Summersett et al., 2019; Vidal et al., 2017). A raça e a etnia também parecem influenciar as trajetórias de criminalidade e reincidência dos jovens, visto que alguns estudos demonstram que jovens de grupos étnicos específicos (e.g., afro-americanos), têm maior risco de reincidência e de condenações mais graves no sistema de justiça juvenil (Hirsch et al., 2018; Huang et al., 2015). A transição do sistema de promoção e proteção para o sistema de justiça juvenil pode também ser afetada pela raça e etnia dos jovens. Neste sentido, jovens negros e hispânicos apresentam um maior risco de transição do sistema de promoção e proteção para o sistema de justiça juvenil em comparação com jovens caucasianos (Vidal et al., 2017).

Finalmente, a escolaridade dos jovens duplamente envolvidos parece ser uma variável relacionada com o seu envolvimento no sistema de justiça juvenil (Baidawi & Ball, 2023; Cho et al., 2019). Neste sentido, foi possível constatar que o absentismo escolar aumenta o risco de comportamentos delinquentes em idades precoces e consequentemente a entrada no sistema de justiça juvenil (Cho et al., 2019). Também foi possível aferir que os jovens duplamente envolvidos, quando comparados com os outros que apenas têm envolvimento no sistema de justiça juvenil, tendem a estar menos envolvidos em programas de educação/formação ou emprego no momento do seu primeiro contacto com a justiça juvenil (Baidawi & Ball, 2023). A evidência revela, ainda, que jovens duplamente envolvidos tendem a apresentar mais diagnósticos relacionados com problemas de aprendizagem (Baidawi & Ball, 2023).

3.5.4 Problemas de saúde mental

Os resultados da presente revisão revelam a complexidade e os desafios enfrentados pelos jovens duplamente envolvidos no que diz respeito à sua saúde mental. Jovens com perturbações emocionais ou comportamentais têm maior probabilidade de se envolverem em comportamentos delinquentes em idades mais jovens (Cho et al., 2019).

Experiências adversas na infância também estão associadas a mais problemas de saúde mental em adolescentes. As perturbações de comportamento, de stress pós-traumático e de vinculação são os problemas de saúde mental mais prevalentes entre jovens duplamente envolvidos em comparação com outros grupos de jovens (Franz et al., 2019). Os jovens duplamente envolvidos com neurodeficiências, como deficiência intelectual e dificuldades de aprendizagem/comunicação têm maior probabilidade de apresentar problemas de saúde mental, como por exemplo Perturbação de Hiperatividade/Défice de Atenção (Baidawi, 2020; Baidawi & Ball, 2023; Baidawi & Piquero, 2021). Este grupo de jovens com envolvimento em ambos os sistemas apresentam problemas de saúde mental diagnosticados quando ocorre o envolvimento com o sistema de justiça juvenil (Dierkhising et al., 2019; Franz et al., 2019). Também é possível constatar que a probabilidade destes jovens possuírem um histórico de automutilação ou de suicídio é maior quando comparados com jovens apenas envolvidos no sistema de justiça juvenil (Baidawi & Ball, 2023).

Finalmente, os jovens duplamente envolvidos no sistema de promoção e proteção e justiça juvenil têm uma maior incidência de problemas de abuso de substâncias (Baidawi & Ball, 2023; Chuang & Wells, 2010; Dierkhising et al., 2019; Kim et al., 2021; Lee & Villagrana, 2015; Narendorf et al., 2020). Em comparação com jovens que estão envolvidos apenas no sistema de justiça juvenil, os jovens duplamente envolvidos apresentam uma maior prevalência de problemas de abuso de substâncias (Baidawi & Ball, 2023; Chuang & Wells, 2010; Dierkhising et al., 2019; Kim et al., 2021; Lee & Villagrana, 2015; Narendorf et al., 2020). Embora os problemas de abuso de substâncias sejam mais representativos neste grupo de jovens, segundo o estudo Chuang e Wells (2010) apenas 10% recebe o tratamento adequado para o abuso de substâncias.

CAPÍTULO 4

Discussão

A presente revisão teve como principal objetivo mapear e sintetizar a literatura existente relativamente aos jovens duplamente envolvidos no sistema de Promoção e Proteção e de Justiça Juvenil. Especificamente, pretendeu-se contribuir para uma melhor compreensão quanto à clarificação concetual e aos fatores de risco e proteção identificados neste grupo de jovens.

No que diz respeito aos estudos selecionados nesta *scoping review*, observou-se que existe pouca representatividade internacional, sendo que os estudos foram desenvolvidos nos contextos americano e australiano, o que limita a compreensão deste fenómeno em função de diferentes contextos culturais ou jurisdicionais. De forma global, a maioria dos estudos incluem participantes de ambos os sexos, envolvendo crianças e jovens com idades compreendidas entre os 5 e os 21 anos. Relativamente ao desenho dos estudos selecionados constatou-se que a maioria envolve desenhos transversais e quantitativos, sendo necessárias abordagens longitudinais e qualitativas para uma melhor compreensão deste grupo. Com efeito, uma análise mais aprofundada dos contextos e das circunstâncias de risco e proteção destes jovens poderia ser obtida a partir de desenhos qualitativos, assegurando a participação e envolvimento ativo dos jovens e de outras figuras relevantes nas suas trajetórias.

Relativamente ao primeiro objetivo de investigação, e que se refere à necessidade de clarificação concetual, a presente revisão revelou uma diversidade significativa de termos utilizados para descrever estes jovens: “*Crossover Youth*,” “*Dual System Youth*,” “*Dually-Involved Youth*,” e “*Dually-Adjudicated Youth*,”. Não obstante, a maioria dos estudos converge para a designação de “*Crossover Youth*” (e.g., Baglivio et al., 2015; Baidawi et al., 2020; Baidawi & Piquero, 2020). Este termo abrange jovens que sofreram maus-tratos e se envolveram em comportamentos delinquentes, independentemente da ordem temporal do envolvimento nos sistemas de promoção e proteção e justiça juvenil (e.g., Baidawi et al., 2020; Baidawi & Piquero, 2020; Ball & Baidawi, 2021).

Ao examinar as trajetórias deste grupo específico de jovens, os resultados desta revisão sugerem que a entrada no sistema de promoção e proteção é frequentemente um precursor para o subsequente envolvimento no sistema de justiça juvenil (e.g., Baidawi & Ball, 2023; Baglivio et al., 2016; Herz et al., 2021). Crianças e jovens que são vítimas de maus-tratos, especialmente aqueles que são identificados e sinalizados pelo Sistema de Promoção e Proteção tendem a apresentar um risco significativamente maior e uma probabilidade aumentada de se envolverem em comportamentos criminais. Assim, a entrada no Sistema de Promoção e Proteção, a manifestação de comportamentos delinquentes e o envolvimento em comportamentos criminais

potencia o posterior envolvimento no sistema de justiça juvenil (Modrowski et al., 2021). Além disso, a evidência sugere que este envolvimento parece ser afetado por variáveis individuais das crianças e jovens. Especificamente, quanto mais tardio for o envolvimento no sistema de proteção (i.e., jovens mais velhos) maior é a probabilidade de estes jovens desenvolverem padrões de comportamento delinquentes e consequentemente de se envolverem no sistema de justiça. Este resultado pode ser explicado pelo facto de a intervenção com a família com vista à minimização dos problemas familiares explicativos dos maus-tratos não ter decorrido de forma atempada. Por esse motivo, os fatores de risco perdurarem até à adolescência, estando assim associados a maior probabilidade subsequente de envolvimento no sistema de justiça juvenil (Goodkind, et al., 2013).

Ainda no âmbito das suas trajetórias, a instabilidade nas colocações das crianças e jovens parece estar relacionada com uma maior propensão para a adoção de comportamentos delinquentes e, consequentemente, ao envolvimento no sistema de justiça juvenil (DeGue & Widom, 2009; Goodkind, et al., 2013). A análise dos resultados apresentados nesta revisão enfatiza essa evidência, apontando que os jovens duplamente envolvidos que se encontram colocados em contexto de acolhimento residencial e/ou em centros educativos, frequentemente são expostos a múltiplas colocações o que, consequentemente, está associado a maior instabilidade (e.g., Baidawi, 2020; Baidawi & Ball, 2023; Dierkhising et al., 2019). Além disso, estas múltiplas colocações parecem também estar associadas a um aumento das taxas de envolvimento em infrações violentas e crimes contra a propriedade (e.g., Dierkhising et al., 2019; Herz et al., 2021; Malvaso et al., 2019). Do mesmo modo, a instabilidade vivenciada pelos jovens está associada a um risco acrescido de reincidência após a saída do sistema de justiça juvenil (Baidawi & Ball, 2023; Herz et al., 2021; Kim et al., 2021).

Grupos minoritários, especialmente jovens afro-americanos e latinos, apresentam uma sobre representação neste grupo duplamente envolvido (e.g., Baglivio et al., 2016; Cho et al., 2019; Dierkhising et al., 2019). Os jovens do sexo masculino, pertencentes a grupos étnicos minoritários e aqueles que enfrentam desafios relacionados à saúde mental e distúrbios comportamentais, são mais suscetíveis ao envolvimento nos dois sistemas (e.g., Herz et al., 2019; Herz et al., 2022; Hirsch et al., 2018). Estes jovens do sexo masculino apresentam um maior risco de envolvimento duplo devido a uma complexa interação de fatores sociais, económicos, culturais e individuais. Jovens rapazes de grupos étnicos minoritários tendem a enfrentar desigualdades socioeconómicas e raciais, como por exemplo o acesso limitado a oportunidades educacionais, aumentando assim o seu risco de envolvimento no sistema de justiça juvenil (Baglivio et al., 2016; Cho et al., 2019; Hirsch et al., 2018; Huang et al., 2015).

Neste sentido, entende-se que a instabilidade familiar e social tende a potenciar o envolvimento duplo (Baglivio et al., 2016). Acresce ainda que os jovens do sexo masculino com problemas de saúde mental enfrentam dificuldades significativas ao nível do acesso a serviços de saúde mental de qualidade. Estas dificuldades podem resultar em falta de apoio e de tratamento adequado, o que, por sua vez, pode potenciar comportamentos desafiantes e delinquentes (Cho et al., 2019). Neste sentido as desigualdades socioeconómicas, que são resultado de diversos fatores, como idade, sexo, raça, etnia, nível de educação, situação socioeconómico, local de residência e outras características demográficas e sociais, também parecem influenciar significativamente as trajetórias dos jovens duplamente envolvidos. Mais especificamente o sexo, a idade, a raça/etnia são fatores individuais que podem influenciar o envolvimento nos sistemas de promoção e proteção e justiça juvenil (e.g., Baglivio et al., 2016; Baidawi, 2020; Baidawi & Ball, 2023).

A congruência entre os resultados obtidos e a literatura estende-se no reconhecimento de que muitos destes jovens apresentam necessidades complexas, que os colocam em maior risco de desenvolver problemas ao nível da saúde mental, física, de abuso de substâncias e de comportamentos delinquentes (e.g., Franz et al., 2019; Kim et al., 2021; Lee & Villagrana, 2015). Com efeito, é de particular relevo salientar os desafios relacionados com a saúde, nomeadamente, a prevalência significativa de abuso de substâncias entre os jovens duplamente envolvidos (Herz et al., 2016; Herz et al., 2019; Vidal et al., 2019). Problemas educacionais, como o absentismo escolar e dificuldades de aprendizagem, estão também intrinsecamente ligados ao fenómeno do duplo envolvimento (Baidawi & Ball, 2023; Cho et al., 2019). Consequentemente, estes jovens tendem a revelar dificuldades ao nível do sucesso académico, profissional e da manutenção de vínculos familiares e comunitários, ao longo das suas vidas (Coldiron et al., 2019; Goodkind et al., 2013).

A perspetiva dos profissionais e dos próprios jovens oferece ainda um panorama vital sobre os desafios enfrentados pelos jovens duplamente envolvidos. Se por um lado, os jovens enfatizam experiências traumáticas, múltiplas colocações e a falta de oportunidades (Flores et al., 2018; Simmons-Horton, 2021), os profissionais destacam a complexidade das necessidades destes jovens, a escassez de recursos adequados e a falta de coordenação entre sistemas como fatores importantes para compreender a trajetória destes grupos de jovens (Baidawi et al., 2020; Ball & Baidawi, 2021). Ainda segundo as perspetivas dos profissionais, verifica-se que as disparidades raciais e étnicas desempenham um papel determinante, pois jovens afro-americanos e provenientes de famílias com baixos rendimentos são particularmente mais vulneráveis e suscetíveis ao duplo envolvimento (Marshall & Haight, 2014). Desta forma,

torna-se necessária uma abordagem integrada e sensível à diversidade para lidar com a complexidade destes casos.

É importante, ainda, reconhecer que esta revisão não está isenta de limitações. Especificamente, não foi realizada a análise da qualidade dos artigos selecionados para a revisão. Esta análise é uma etapa importante de uma revisão da literatura, pois permite avaliar a confiabilidade e validade dos estudos incluídos. No entanto, a ausência desta análise deveu-se, sobretudo, às limitações de recursos (i.e., fundamentalmente de tempo compatível com a conclusão desta dissertação). Não obstante, os resultados apresentados nesta revisão são promissores e sublinham a necessidade de adotar uma abordagem mais integrada e abrangente para lidar com os jovens duplamente envolvidos nos sistemas de Justiça Juvenil e de Promoção e Proteção. Também a complexa interação entre estes sistemas exige políticas e práticas que reconheçam e abordem a necessidade de práticas verdadeiramente colaborativas entre sistemas, profissionais e famílias/jovens (Baidawi et al., 2020; Ball & Baidawi, 2021). É ainda importante desenvolver estratégias que atendam às necessidades específicas de saúde mental e outras vulnerabilidades destes jovens, assegurando o suporte necessário para a sua recuperação e reintegração na sociedade. Além disso, a sobre-representação de grupos minoritários nestes sistemas torna clara a necessidade de abordar as desigualdades sociodemográficas através de medidas inclusivas e sensíveis à diversidade (e.g., Cho et al., 2019; Franz et al., 2019; Vidal et al., 2017)

Conclusão

A presente revisão permitiu mapear e sintetizar a literatura existente relativamente aos jovens duplamente envolvidos no sistema de Promoção e Proteção e de Justiça Juvenil. Especificamente, foi possível clarificar os conceitos associados a este grupo de jovens, tendo em conta as suas trajetórias e a ordem temporal de envolvimento em ambos os sistemas.

Além disso, foi também possível compreender de forma mais clara a complexidade das suas trajetórias e os fatores de risco e proteção que estão inerentes ao duplo envolvimento (i.e., a sobre-representação de grupos minoritários, a complexidade das suas necessidades, incluindo questões de saúde mental, abuso de substâncias e problemas educacionais).

Neste sentido, os resultados discutidos nesta dissertação poderão informar pesquisas futuras e orientar a implementação de políticas e práticas mais eficazes, de forma a ser possível assegurar trajetórias mais adaptativas para estes jovens.

Fontes

Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo – Aprovada pela Lei n.º 147/99 de 1 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 31/2003 de 22 de agosto, pela Lei 142/2015 de 8 de setembro, pela Lei 23/2017 de 23 de maio e pela Lei n.º 26/2018, de 05 de julho.

Lei Tutelar Educativa – Aprovada pela Lei n.º 166/99 de 14 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 4/2015 de 15 de janeiro.

Referências Bibliográficas

- Arksey, H., & O'Malley, L. (2005). Scoping studies: towards a methodological framework. *International journal of social research methodology*, 8(1), 19-32. <https://doi.org/10.1080/1364557032000119616>
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima. (2011). Manual Crianças e Jovens vítimas de violência: compreender, intervir e prevenir. Lisboa
- Baglivio, M. T., Wolff, K. T., Piquero, A. R., Bilchik, S., Jackowski, K., Greenwald, M. A., & Epps, N. (2016). Maltreatment, child welfare, and recidivism in a sample of deep end -crossover youth. *Journal of youth and adolescence*, 45, 625-654. <https://doi.org/10.1007/s10964-015-0407-9>
- Baidawi, S. (2020). Crossover children: Examining initial criminal justice system contact among child protection-involved youth. *Australian Social Work*, 73(3), 280-295. <https://doi.org/10.1080/0312407X.2019.1686765>
- Baidawi, S., & Ball, R. (2023). Child protection and youth offending: Differences in youth criminal court-involved children by dual system involvement. *Children and Youth Services Review*, 144, 106736. <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2022.106736>
- Baidawi, S., & Piquero, A. R. (2021). Neurodisability among children at the nexus of the child welfare and youth justice system. *Journal of Youth and Adolescence*, 50(4), 803-819. <https://doi.org/10.1007/s10964-020-01234-w>
- Baidawi, S., Sheehan, R., & Flynn, C. (2020). Criminal exploitation of child protection-involved youth. *Children and Youth Services Review*, 118, 105396. <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2020.105396>
- Ball, R., & Baidawi, S. (2021). Aboriginal crossover children's characteristics, service needs and service responses: The views of Australian key stakeholders. *Children and Youth Services Review*, 129, 106176. <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2021.106176>
- Byrne, T., Stephen, M., Kim, M., Culhane, D. P., Moreno, M., Toros, H., & Stevens, M (2014). Public assistance receipt among older youth exiting foster care. *Children and Youth Services Review*, 44, 307-316. <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2014.06.023>
- Carvalho, M. J. L. (2013). *Sistema nacional de acolhimento de crianças e jovens*. Fundação Calouste Gulbenkian. Programa Gulbenkian de Desenvolvimento Humano.

- https://cdn.gulbenkian.pt/wp-content/uploads/2021/05/52Est_Sistema_Nac_Acolhimento_Crianças_Jovens.pdf
- Carvalho, M. J. L. (2018). A Privação de Liberdade no Contexto da Justiça Juvenil em Portugal. In *Memoria del 56.º Congreso Internacional de Americanistas* (Vol.12, pp. 748-759). Ediciones Universidad de Salamanca. https://doi.org/10.14201/0AQ0251_12
- Cho, M., Haight, W., Choi, W. S., Hong, S., & Piescher, K. (2019). A prospective, longitudinal study of risk factors for early onset of delinquency among maltreated youth. *Children and Youth Services Review*, 102, 222-230. <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2019.05.023>
- Chuang, E., & Wells, R. (2010). The role of inter-agency collaboration in facilitating receipt of behavioral health services for youth involved with child welfare and juvenile justice. *Children and youth services review*, 32(12), 1814-1822. <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2010.08.002>
- Coldiron, J. S., Hensley, S. W., Parigoris, R. M., & Bruns, E. J. (2019). Randomized control trial findings of a Wraparound program for dually involved youth. *Journal of Emotional and Behavioral Disorders*, 27(4), 195-208. <https://doi.org/10.1177/1063426619861074>
- Collins, M. E., Spindle-Jackson, A., & Yao, M. (2021). Workforce development systems efforts for system-involved youth: Opportunities and challenges. *Children and Youth Services Review*, 128, 106158. <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2021.106158>
- Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (2023). *Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ 2023*. CNPDPCJ. <https://www.cnpdpcj.gov.pt/documents/10182/16406/Relat%C3%B3rio+Anual+de+Avalia%C3%A7%C3%A3o+da+Atividade+das+CPCJ+2022/daf5653e-86fc-421c-84be-9fc4f516a25b>
- Cutuli, J. J., Goerge, R. M., Coulton, C., Schretzman, M., Crampton, D., Charvat, B. J., ... & Lee, E. L. (2016). From foster care to juvenile justice: Exploring characteristics of youth in three cities. *Children and youth services review*, 67, 84-94. <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2016.06.001>
- DeGue, S., & Spatz Widom, C. (2009). Does out-of-home placement mediate the relationship between child maltreatment and adult criminality? *Child Maltreatment*, 14(4), 344-355. <https://doi.org/10.1177/1077559509332264>

- Dierkhising, C. B., Herz, D., Hirsch, R. A., & Abbott, S. (2019). System backgrounds, psychosocial characteristics, and service access among dually involved youth: A Los Angeles case study. *Youth Violence and Juvenile Justice*, 17(3), 309-329. <https://doi.org/10.1177/1541204018790647>
- Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais. (2023, 27 de março). *Justiça de Crianças e Jovens, Processo Tutelar Educativo*. <https://dgrsp.justica.gov.pt/Justi%C3%A7a-juvenil/Justi%C3%A7a-de-crian%C3%A7as-e-jovens/Processo-Tutelar-Educativo>
- Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais- Ministério da Justiça (2023). *Relatório Estatística Anual-Assessoria Técnica à Tomada de Decisão Judicial (Relatórios e Audições) e Execução de Penas e Medidas nas áreas Penal e Tutelar Educativa*. Ministério da Justiça. https://dgrsp.justica.gov.pt/Portals/16/Estatisticas/Assessoria/2022/Rel_statistic_atvdd-oprtv-2022.pdf?ver=gNZyqYuMmAw%3d
- Eastman, A. L., Foust, R., Prindle, J., Palmer, L., Erlich, J., Giannella, E., & Putnam Hornstein, E. (2019). A descriptive analysis of the child protection histories of youth and young adults arrested in California. *Child maltreatment*, 24(3), 324-329. <https://doi.org/10.1177/1077559519837667>
- Eastman, A. L., & Putnam-Hornstein, E. (2018). Exit outcomes for probation-supervised youth in foster care: An examination of past child protection involvement. *Child maltreatment*, 23(1), 34-43. <https://doi.org/10.1177/1077559517718956>
- Flores, J., Hawes, J., Westbrook, A., & Henderson, C. (2018). Crossover youth and gender: What are the challenges of girls involved in both the foster care and juvenile justice systems? *Children and Youth Services Review*, 91, 149-155. <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2018.05.031>
- Franz, D. J., Griffin, A. M., Saldana, L., & Leve, L. D. (2019). A longitudinal examination of service utilization and trauma symptoms among young women with prior foster care and juvenile justice system involvement. *Child welfare*, 97(5-6), 199. <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7167304/>
- Garcia, A., Kim, M., & Barnhart, S. (2022). Do mental health services influence child welfare involvement among juvenile justice system involved youth. *Journal of Child and Family Studies*, 1-14. <https://doi.org/10.1007/s10826-021-02143-7>
- Goodkind, S., Shook, J. J., Kim, K. H., Pohlig, R. T., & Herring, D. J. (2013). From child welfare to juvenile justice: Race, gender, and system experiences. *Youth*

- violence and juvenile justice, 11(3), 249-272.
<https://doi.org/10.1177/1541204012463409>
- Goodkind, S., Shook, J., Kolivoski, K., Pohlig, R., Little, A., & Kim, K. (2020). From child welfare to jail: Mediating effects of juvenile justice placement and other system involvement. *Child maltreatment*, 25(4), 410-421.
<https://doi.org/10.1177/1077559520904144>
- Haight, W., Bidwell, L., Choi, W. S., & Cho, M. (2016). An evaluation of the Crossover Youth Practice Model (CYPM): Recidivism outcomes for maltreated youth involved in the juvenile justice system. *Children and Youth Services Review*, 65, 78-85.
<https://doi.org/10.1016/j.chidyouth.2016.03.025>
- Herz, D. C., Chan, K., & Putnam-Hornstein, E. (2016). Youth contact with California Child Welfare Services. In (D. Herz & K. Chan), Los Angeles County Juvenile Probation outcomes study, part II. Retrived from:
<http://www.juvenilejusticersearch.com/node/12>.
- Herz, D. C., Dierkhising, C. B., Raithel, J., Schretzman, M., Guiltinan, S., Goerge, R. M., Cho, Y., Coulton, C. & Abbott, S. (2019). Dual system youth and their pathways: A comparison of incidence, characteristics and system experiences using linked administrative data. *Journal of youth and adolescence*, 48(12), 2432-2450.
<https://doi.org/10.1007/s10964-019-01090-3>
- Herz, D. C., Eastman, A., McCroskey, J., Guo, L. & Putnam-Hornstein, E. (2021). The Intersction of Child Welfare & Juvenile Justice: *Key Findings from the Los Angeles Dual Sistem Youth Study*. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2021.105160>
- Herz, D. C., Eastman, A. L., Putnam-Hornstein, E., & McCroskey, J. (2021). Dual system youth and their pathways in Los Angeles County: a replication of the OJJDP Dual System Youth Study. *Child Abuse & Neglect*, 118, 105160.
<https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2021.105160>
- Herz, D. C., Eastman, A. L., & Suthar, H. (2023). An Empirical Test of Dual System Pathways. *Youth Violence and Juvenile Justice*, 21(3), 195-221.
<https://doi.org/10.1177/15412040221138042>
- Herz, D., Lee, P., Lutz, L., Stewart, M., Tuell, J., & Wiig, J. (2012). Addressing the needs of multi-system youth: Strengthening the connection between child welfare and juvenile justice. *Center for Juvenile Justice Reform*, 1-69.
https://publicaffairs.osbar.org/files/2016/10/MultiSystemYouth_March2012.pdf

- Herz, D. C., Ryan, J. P., & Bilchik, S. (2010). Challenges facing crossover youth: An examination of juvenile-justice decision making and recidivism. *Family court review*, 48(2), 305-321. <https://doi.org/10.1111/j.1744-1617.2010.01312.x>
- Hirsch, R. A., Dierkhising, C. B., & Herz, D. C. (2018). Educational risk, recidivism, and service access among youth involved in both the child welfare and juvenile justice systems. *Children and youth services review*, 85, 72-80. <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2017.12.001>
- Huang, H., Ryan, J. P., & Herz, D. (2012). The journey of dually-involved youth: The description and prediction of rereporting and recidivism. *Children and Youth Services Review*, 34(1), 254-260. <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2011.10.021>
- Huang, H., Ryan, J. P., Sappleton, A., & Chiu, Y. L. (2015). Crossover youth post arrest: Placement status and recidivism. *Children and Youth Services Review*, 57, 193-200. <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2015.08.015>
- Instituto da Segurança Social, I.P. (2022). CASA 2021 - Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens. Lisboa. https://www.seg-social.pt/documents/10152/13200/Relat%C3%B3rio+CASA_2021/d6eafa7c-5fc7-43fc-bf1d-4afb79ea8f30
- Jonson-Reid, M., & Barth, R. P. (2000). From maltreatment report to juvenile incarceration: The role of child welfare services. *Child abuse & neglect*, 24(4), 505-520. [https://doi.org/10.1016/S0145-2134\(00\)00107-1](https://doi.org/10.1016/S0145-2134(00)00107-1)
- Justiça Juvenil- Justiça de crianças e jovens. (2022, 14 de julho). *O sistema de justiça de crianças e jovens em Portugal assenta em dois importantes diplomas legais aprovados pela Assembleia da República em 1999*. DGRSP. <https://dgrsp.justica.gov.pt/Justi%C3%A7a-juvenil/Justi%C3%A7a-de-crian%C3%A7as-e-jovens>
- Kelley, B. T., & Haskins, P. A. (2021). Dual system youth: at the intersection of child maltreatment and delinquency. *National Institute of Justice journal*, 2021. <https://www.ojp.gov/pdffiles1/nij/255646.pdf>
- Kim, M., Garcia, A. R., Jung, N., & Barnhart, S. (2020). Rates and predictors of mental health service use among dual system youth. *Children and Youth Services Review*, 114, 105024. <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2020.105024>
- Kim, M., Garcia, A. R., & Lee, L. H. (2021). Dual system youth: Subsequent system re-entry after receiving mental health services. *Children and Youth Services Review*, 127, 106104. <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2021.106104>

- LaBerge, A., Cavanagh, C., & Cauffman, E. (2022). Juvenile Justice-and Dual System Involved Youth: The Role of Primary Caregiver Monitoring Habits on Juvenile Recidivism. *Journal of Research in Crime and Delinquency*, 00224278221132546. <https://doi.org/10.1177/00224278221132546>
- Lee, S. Y., & Villagrana, M. (2015). Differences in risk and protective factors between crossover and non-crossover youth in juvenile justice. *Children and Youth Services Review*, 58, 18-27. <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2015.09.001>
- Malvaso, C. G., Delfabbro, P. H., Day, A., & Nobes, G. (2018). The maltreatment-violence link: Exploring the role of maltreatment experiences and other individual and social risk factors among young people who offend. *Journal of Criminal Justice*, 55, 35-45. <https://doi.org/10.1016/j.jcrimjus.2018.01.006>
- Malvaso, C. G., Delfabbro, P. H., Day, A., & Nobes, G. (2019). Young people under youth justice supervision with varying child protection histories: an analysis of group differences. *International journal of offender therapy and comparative criminology*, 63(2), 159-178. <https://doi.org/10.1177/0306624X18791735>
- Marshall, J. M., & Haight, W. L. (2014). Understanding racial disproportionality affecting African American Youth who cross over from the child welfare to the juvenile justice system: Communication, power, race and social class. *Children and youth services review*, 42, 82-90. <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2014.03.017>
- Matthews, B., McVie, S., Thompson, C., & Stewart, A. (2022). From childhood system contact to adult criminal conviction: Investigating intersectional inequalities using Queensland administrative data. *Journal of Developmental and Life-Course Criminology*, 8(3), 440-480. <https://doi.org/10.1007/s40865-022-00204-z>
- Modrowski, C. A., Chaplo, S. D., & Kerig, P. K. (2021). Advancing Our Understanding of the Risk Factors Associated with Crossover Youth in the Child Welfare and Juvenile Justice Systems: A Trauma-Informed Research Agenda. *Clinical Child and Family Psychology Review*, 1-17. <https://doi.org/10.1007/s10567-021-00370-4>
- Munn, Z., Peters, M. D., Stern, C., Tufanaru, C., McArthur, A., & Aromataris, E. (2018). Systematic review or scoping review? Guidance for authors when choosing between a systematic or scoping review approach. *BMC medical research methodology*, 18, 1-7. <https://link.springer.com/article/10.1186/s12874-018-0611-x>
- Narendorf, S. C., Brydon, D. M., Santa Maria, D., Bender, K., Ferguson, K. M., Hsu, H. T., ... & Petering, R. (2020). System involvement among young adults experiencing homelessness: Characteristics of four system-involved subgroups and relationship to

- risk outcomes. *Children and Youth Services Review*, 108, 104609. <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2019.104609>
- Orsi, R., Lee, C., Winokur, M., & Pearson, A. (2018). Who's been served and how? Permanency outcomes for children and youth involved in child welfare and youth corrections. *Youth violence and juvenile justice*, 16(1), 3-17. <https://doi.org/10.1177/1541204017721614>
- Ryan, J. P., & Testa, M. F. (2005). Child maltreatment and juvenile delinquency: Investigating the role of placement and placement instability. *Children and youth services review*, 27(3), 227-249. <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2004.05.007>
- Sheed, A., Papalia, N., Spivak, B., McEwan, T., & Luebbers, S. (2022). Exploring the utility of the YLS/CMI for Australian youth in custody according to child protection history. *Psychology, Public Policy, and Law*. <https://doi.org/10.1037/law0000362>
- Shipe, S. L., Shaw, T. V., Betsinger, S., & Farrell, J. L. (2017). Expanding the conceptualization of re-entry: The inter-play between child welfare and juvenile services. *Children and Youth Services Review*, 79, 256-262. <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2017.06.001>
- Simmons-Horton, S. Y. (2021). "A bad combination": lived experiences of youth involved in the foster care and juvenile justice systems. *Child and Adolescent Social Work Journal*, 38(6), 583-597. <https://doi.org/10.1007/s10560-020-00693-1>
- Summersett Williams, F., Martinovich, Z., Kisiel, C., Griffin, G., Goldenthal, H., & Jordan, N. (2021). Can the development of protective factors help disrupt the foster care to prison pipeline? An examination of the association between justice system involvement and the development of youth protective factors. *Journal of Public Child Welfare*, 15(2), 223-250. <https://doi.org/10.1080/15548732.2019.1696912>
- Tam, C. C., Abrams, L. S., Freisthler, B., & Ryan, J. P. (2016). Juvenile justice sentencing: Do gender and child welfare involvement matter? *Children and Youth Services Review*, 64, 60-65. <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2016.02.028>
- Tanana, M. J., & Kuo, P. B. (2022). A propensity scores matched pair outcome evaluation of a parenting program for dually involved youth. *Journal of Public Child Welfare*, 1-18. <https://doi.org/10.1080/15548732.2022.2131028>

- Tricco, A. C., Lillie, E., Zarin, W., O'Brien, K. K., Colquhoun, H., Levac, D., ... & Straus, S. E. (2018). PRISMA extension for scoping reviews (PRISMA-ScR): checklist and explanation. *Annals of internal medicine*, 169(7), 467-473. <https://doi.org/10.7326/M18-0850>
- Tricco, A. C., Lillie, E., Zarin, W., O'Brien, K., Colquhoun, H., Kastner, M., ... & Straus, S. E. (2016). A scoping review on the conduct and reporting of scoping reviews. *BMC medical research methodology*, 16, 1-10. <https://link.springer.com/article/10.1186/s12874-016-0116-4>
- Vidal, S., Connell, C. M., Prince, D. M., & Tebes, J. K. (2019). Multisystem involved youth: A developmental framework and implications for research, policy, and practice. *Adolescent research review*, 4(1), 15-29. <https://doi.org/10.1007/s40894-018-0088-1>
- Vidal, S., Prince, D., Connell, C. M., Caron, C. M., Kaufman, J. S., & Tebes, J. K. (2017). Maltreatment, family environment, and social risk factors: Determinants of the child welfare to juvenile justice transition among maltreated children and adolescents. *Child abuse & neglect*, 63, 7-18. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2016.11.013>
- Wright, E. M., Spohn, R., & Campagna, M. (2020). Responding to crossover youth: A look beyond recidivism outcomes. *Youth Violence and Juvenile Justice*, 18(4), 381-394. <https://doi.org/10.1177/1541204020922887>